

VAI ANDANDO QUE ESTOU CHEGANDO



Carlos Luís Figueira

Estava um dia solarengo a convidar a uma saída coincidindo com a circunscrição de se tratar de um dia festivo em toda a ilha em comemoração da reconquista do território com a expulsão dos árabes, que aqui tinham estado e governado durante vários séculos. Acontecimento que remonta a finais do Século XIII. O último reduto de resistência foi Ciudadela cidade que durante largo tempo foi a capital da ilha, título que hoje ostenta Mahon.

Como em todas as guerras sucedeu-se um período marcado pela carnificina, escravidão, fugas e, com alguma sorte, alguns dos antigos ocupantes permaneceram numa actividade comercial que interessava aos novos donos do território sobre o poder do Reino de Aragon. Não sei se entre os que acabaram por permanecer haveria algum poeta à semelhança do que nos trouxe, até aos dias de hoje, a reconquista do Algarve. Mas a data também é dedicada ao culto de San António Abat, Patrono da Defesa dos Animais, correspondendo, eventualmente, a uma das actividades económicas associadas à produção agrícola e, em particular, à produção de carne no entender do historiador Marti Carbonel que com algum detalhe descreve os acontecimentos vividos nessa época.

Longe desses tempos vivemos hoje também momentos inquietantes provocados pela extensão da pandemia, com número de infectados a crescerem dia após dia e, mesmo que distantes quanto a mortes e internados na UCI, face aos verificados há um ano atrás, não deixam de constituir um verdadeiro pesadelo a condicionar as nossas vidas em comum, situação explorada nos limites da decência por uma comunicação social assente na propagação de tudo o que de mal nos pode acontecer, tornando a procura de notícias que nos despertem para o que de bom acontece nos dias que passam. Neste quadro não se estranha a subida das depressões. Cumulativamente estamos confrontados com notícias inquietantes que nos dão conta da possibilidade de ocorrer um conflito, que a ocorrer só aparentemente será regional, na fronteira da Ucrânia com a Rússia, acontecimento que a verificar-se envolveria toda a Europa e os EUA. Que Mundo estranho estamos a viver.

Voltando aos nossos dias como era de prever, os momentos são marcados pela expectativa dos resultados que cada partido pode obter a 30 de Janeiro. Após um longo período de debates que opôs os cabeça de lista de cada um dos intervenientes com representação parlamentar, em momentos circulares, ficou para mim claro duas questões que reputo de centrais: tornou claro o que o centro direita e a extrema direita, com mais ou menos nuances, propõem a existência de um Estado predominantemente entregue à iniciativa privada nos domínios da Saúde, Educação e Apoios Sociais e um outro, representado pelo conjunto do centro esquerda e esquerda que, apesar de diferenças substantivas, se opõem a tal projecto. É esta a questão macro sobre a qual os eleitores decidirão quando votarem.

De resto se para alguma coisa os debates serviram, se entendidos nesta perspectiva, apesar do curto tempo em que decorreram e o enfadonho que já provocavam na parte final. Creio que, por tal, puderam ter prestado um bom serviço, mesmo que acompanhados por um conjunto de comentadores, próximos ou militantes do centro direita e, diria mesmo, do esforçado e artificial circo mediático, que rodeou o debate entre Costa e Rui Rio, a ponto de o embrulharem num clima como se desse confronto democrático, se decidisse quem ganharia as próximas eleições.

Entrados no período de campanha eleitoral, pelas notícias que dela ocorrem, a substancia dos discursos da direita, com alguma coerência diga-se, centram-se na natureza do regime e do papel do Estado que a ocorrer a sua vitória, implantariam no País, contornando a Constituição que nos rege, num mar de demagogia e populismo, que não enobrece a política. À esquerda e ao centro esquerda, observo com alguma preocupação, que tanto PCP como o Bloco centrem os seus discursos no ataque ao PS procurando à exaustão, fugirem do facto de terem votado contra o OE/22, esquecendo completamente a direita. Costa, numa postura de punição à esquerda, procura na captação do voto útil, o que lhe falta de apoios para alcançar uma maioria absoluta.

Não creio que os tempos sejam propícios a qualquer solução política assente num bloco central, mesmo que no interior do PS tal solução seja considerada. As diferenças que os separam do centro direita, com Costa ao leme, superaram em muito possíveis convergências. Estas têm de ser valorizadas pela esquerda como contributo para que tal não possa ocorrer. Está marcado para hoje à noite um último debate com todos os cabeças de lista com assento parlamentar. Não creio que venha alterar nada de essencial.

carlosluisfigueira@sapo.pt
17.01.2022



ILHA DA ARMONA

Pina desmente irregularidades nas licenças para obras

O presidente da Câmara de Olhão, António Pina, disse esta semana que vai apresentar uma queixa na justiça contra "quem lançou suspeições e acusações" de eventuais irregularidades na atribuição de licenças camarárias para habitações na ilha da Armona

"Ainda hoje segue uma queixa para o Ministério Público e para a Polícia Judiciária para que se averigue quem fez as acusações e levantou suspeições sobre a Câmara e alguns dos seus funcionários, e para que quem fez essas declarações exponha as suas queixas", disse à Lusa o presidente da Câmara de Olhão.

Em causa está uma notícia publicada na segunda-feira no jornal Correio da Manhã que aponta para a existência de cerca de uma centena de habitações em situação ilegal, licenciadas pela autarquia em zona do domínio público marítimo e fora de uma área de concessão que lhe foi atribuída pelo Estado em 1983 naquela ilha barreira da Ria Formosa.

António Pina manifestou-se "tranquilo em relação às acusações feitas", e disse que aguarda "com serenidade que a justiça esclareça o caso", suspeitando que as denúncias possam ter sido feitas por "pessoas que querem criar dificuldades à Câmara por razões políticas".

"Além destas, há outras pessoas que, eventualmente, possam estar assustados com alguma incerteza e que de cabeça perdida lançam anátemas sobre tudo isto", apontou o autarca, que lidera aquela autarquia

do distrito de Faro há oito anos, sendo também o presidente da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL).

Segundo avançou o jornal diário, o município de Olhão terá emitido licenças para habitação fora da área de concessão que lhe foi atribuída em 1983, por um prazo de 30 anos e renovada em 2013 por mais 10 anos, terminando em 2023, o que pode levar à demolição de uma centena de construções ilegais.

O autarca explicou que a renegociação da renovação da concessão com o Ministério do Ambiente, por mais 10 anos, no âmbito do Projeto de Intervenção e Requalificação (PIR) da ilha da Armona, "estava já num bom ponto, mas acabou suspensa pelo facto de o Governo ter caído".

"Espero que após as eleições se mantenha quem lá estava, porque já tínhamos um ponto de equilíbrio muito bom para o concelho e para as pessoas que têm casas na ilha da Armona, para que aquilo que se conseguiu construir com bom senso se mantenha, também", avançou.

António Pina disse ainda que sempre pautou a sua conduta por "uma acérrima defesa das populações" das ilhas barreira da Ria Formosa, contribuindo para que "centenas de

pessoas tivessem direito a ter licenças das suas casas ao fim de quase uma centena de anos".

"Ninguém duvida em Olhão, nem nas proximidades, da acérrima defesa que eu sempre fiz das populações das ilhas, mas há sempre alguns que querem diminuir essa ação", concluiu.

O Ministério do Ambiente e da Ação Climática está a avaliar o Projeto de Intervenção e Requalificação (PIR) da ilha da Armona para decidir se renova à Câmara de Olhão uma concessão nessa ilha da Ria Formosa, segundo disse à Lusa fonte do Ministério.

"Este PIR é mais exigente do que as regras existentes, o que obrigará à redução da área da concessão e a um respeito intransigente pela proteção das ilhas barreira, particularmente no que concerne ao risco de inundação", esclareceu a tutela.

O Ministério confirmou que, "havendo consenso com a autarquia em torno do PIR", tem a "intenção" de "renovar a concessão" da ilha da Armona à autarquia, mas prometeu ser "intransigente" para "proteger os valores naturais em presença, reconhecendo a existência de um aglomerado urbano".

P.O. Algarve abre candidaturas para micro e pequenas empresas

O Programa Operacional do ALGARVE abriu esta segunda-feira dois novos avisos no âmbito do Programa Apoio à Produção Nacional (Base Local) – PAPN para micro e pequenas empresas.

Constituindo um apoio direto ao investimento empresarial produtivo, um dos avisos destina-se exclusivamente para investimentos que contribuam para a eficiência energética e a promoção de práticas circulares nas empresas, e o outro para a Indústria e Diversificação Económica (Divisões 05 a 33 da Classificação de Atividades Económicas).

Com uma dotação total de dois milhões de euros, a

apresentação de candidaturas decorrerá em duas fases, terminando a primeira a 28 de fevereiro e a segunda no final de março.

A taxa máxima de apoio é de 60%, até um limite de 200 mil euros FEDER por investimento, podendo candidatar-se as micro e pequenas empresas de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica.

Para mais informações contactar o Gabinete de Comunicação da CCDR ALGARVE (comunicacao@ccdr-alg.pt / TLM 917 500 369).